DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 22/2025

1. DO PREÂMBULO

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, através da Pregoeira Pública Elen Danielle Nascimento, devidamente designada pela Portaria nº 1185/2024 de 01.11.2024, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, e em conformidade com a autorização do Excelentíssimo Defensor Público-Geral do Estado, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO, POR ITEM.**

O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e 54.700/2023, bem como por demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. Subsidiariamente, aplicar-se-ão, no que couberem, as disposições previstas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e demais normas correlatas, na forma e diretrizes abaixo.

DADOS GERAIS	
OBJETO: O presente certame tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de letreiros, placas de inauguração e serviços de manutenção, a fim de atender às demandas da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo a este Edital.	
Recebimento das propostas até:10.10.2025 às 09h30 (Horário de Brasília)	
Início da sessão de disputa de preços:10.10.2025 às 10h00	
Sistema eletrônico utilizado:www.redeempresas.com.br	
Modo de disputa: Aberto	
Pregoeira: Elen Danielle Nascimento	**E-mail:** cpl.defensoria@defensoria.pe.gov.br
Telefone: (81)3182-3730	
Endereço: Avenida Manoel Borba, nº 640, 7ºandar, BoaVista, Recife/PE. CEP nº 50.070-095	

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *Internet*, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases;
2.2. Ostrabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da Defensoria através do Portal Eletrônico de Compras Eletrônicas, no endereço www.redeempresas.com.br;

3. DO OBJETO

O presente certame tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de letreiros, placas de inauguração e serviços de manutenção, a fim de atender às demandas da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo a este Edital e descrição detalhada no Anexo I**.**

4. DOVALORMAXIMOESTIMADO

4.1. O valor global estimado da licitação é de R$ 33.108,23 (trinta e três mil, cento e oito reais e vinte e três centavos), correspondente à soma dos itens constantes nasCaracterísticas Técnicas do Produto (Anexo I).
4.2 Os recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária incluídas no orçamento da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco:

ATIVIDADE:00.127.14.422.0939.4355.0000.0500
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90

5. DAREFERÊNCIADETEMPO
5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;
5.2. Assessõesserãoprocessadasemdiasúteis;
5.3. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao Pregoeiro informar, através do Sistema, adata e horário para retomada do pregão;
5.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.
5.5. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequaçãodehorário por motivos deadministração interna, os horários previstos nesteedital poderão ser alterados, cabendo ao Pregoeiro informar previamente as licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão, através do Sistema RedeEmpresas.

6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
6.1. Responder às questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;
6.2. Abrir as propostas de preços;
6.3. Analisar a aceitabilidade das propostas;
6.4. Desclassificar propostas indicando os motivos;
6.5. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
6.6. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
6.7. Declara ro vencedor;
6.8. Receber,examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
6.9. Elaborar a ata da sessão;
6.10. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologação e autorização da contratação.

7. DAS CONDIÇÕESDEPARTICIPAÇÃO

7.1. A licitante interessada em participar desta licitação deverá estar previamente cadastrada no sistema RedeEmpresas, adotando as seguintes providências:

7.1.1. A interessada deverá realizar o cadastramento junto ao sistema RedeEmpresas, no endereço www.redeempresas.com.br, através do link "cadastro";

7.1.2. Em caso de dificuldade durante o credenciamento ou na operacionalizaçãodo sistema, as licitantes deverão entrar em contato diretamente com o RedeEmpresas através do e-mail: suporte-scr@paradigmabs.com.br.

7.2. A participação nesta licitação dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado.

7.2.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo à Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros;

7.2.2. O credenciamento da licitante e de seu representante implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.

7.2.3. Na hipótese de a licitante possuir mais de um login cadastrado no RedeEmpresas, o sistema não permitirá que sejam utilizados simultaneamente, na mesma licitação.

7.2.3.1 Caso haja usuário "ativo" no processo, a conexão de outro usuário desconectará o anterior automaticamente, a fim de que não existam usuários simultâneos no mesmo processo.

7.3. Nãopoderãoparticipardestalicitação:

7.3.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco,nos termos do art. 156,IIIe § 4º,da Lei nº 14.133/2021,e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de17 de julho de 2002, durante oprazoda sançãoaplicada ouaté que seja promovida sua reabilitação;

7.3.2. Pessoa jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

7.3.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

7.3.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

7.3.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

7.3.6. Pessoafísicaoujurídicaenquadradanasvedaçõesprevistasnoart.14daLeinº14.133/21;

7.3.7. Pessoa jurídica cujoramodeatividadeprevistoem estatutooucontratosocialnãoseja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

7.3.8. Servidor público da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.3.9. Tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigosos ou insalubres ou ainda, empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
7.4 Paraestalicitaçãonãoseráadmitidaaparticipaçãodeempresasemconsórcio.
7.5 Conforme art. 2º, II, da resolução nº 09 de dezembro de 2023 desta DPE/PE, fica vedada a contratação, independentementeda modalidadedelicitação, depessoa jurídica quetenha em seuquadro societário membro da Defensoria Pública oucônjuge, companheiro ouparente em linha reta, colateralou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de Defensores Públicos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
7.6 Nos termos doart.48, parágrafoúnico, da Lei 14.133/2021 -Durantea vigência docontrato, évedado ao contratado contratarcônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO E DA FASE DE LANCES

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases;
8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico;
8.3. Cabeà licitanteacompanhar as operações nosistema eletrônicodurantea sessãopública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão;
8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório;
8.5. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;
8.5.1. OPregoeiropoderá suspender a sessãopública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes, quando houver;
8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação;
8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
8.8. Somenteaslicitantescompropostasclassificadasparticiparãodafasedelances.
8.9. Abertaa etapa competitiva, osrepresentantes dos interessados deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informadode seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
8.10. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registradono sistema;
8.11. Não serão aceitos, durante a fase da disputa aberta, dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintos, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;
8.12. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

8.13. Durantea fasedelances, o Pregoeiropoderá, justificadamenteemediantecomunicaçãovia sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa;
8.14. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
8.15. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.redeempresas.com.br;
8.16. Oprocedimentodaetapadelancesseguirádeacordocomomododedisputa**aberto**;
8.17. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração;
8.17.1. A prorrogação automática de que trata o item 8.17 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;
8.18. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 8.17.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.
8.19. Após encerramento acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior;
8.20. Encerrada a etapa de que trata o item 8.19, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de**MENOR PREÇO, PORITEM**;
8.21. A documentação comprobatória para habilitação e a proposta de preços com os valores finais, apósa disputa, deverão ser apresentadas em original ou cópia autenticada, encaminhada através do email: cpl.defensoria@defensoria.pe.gov.br, correioouportador, noprazomáximode 03 (três)diasúteis a partir do encerramento da fase de disputa do pregão;
8.22. Todas as folhas, de cada um dos documentos constantes dos envelopes, deverão ser rubricadas, devendo preferencialmente estar dispostos sequencialmente na ordem solicitada, de modo a refletir oseu número exato;
8.23. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1 Encerrada a fase de disputa, havendo eventual empate entre propostas ou lances, deverão ser aplicados os critérios estabelecidos no art. 31 do Decreto Estadual nº 54.142/2022;
9.1.1. Na utilizaçãodocritériodedisputa final, as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado no prazo improrrogável de 05 (cinco) minutos;
9.1.2. Persistindo o empate, o Pregoeiro questionará às licitantes empatadas sobre o atendimento dos critérios previstos no inciso IV e no §1º do art. 31 do Decreto Estadual nº 54.142/2022, assinalando prazo para que a licitante que julgue ser beneficiária do critério de preferência apresente os documentos necessários à comprovação do requisito;

9.1.3. Na hipótese de nenhuma das licitantes manifestarem-se na forma prevista no item 9.1.2, ou se não for devidamente comprovado o seu direito, o Pregoeiro realizará sorteio para definir a licitanteclassificada provisoriamente em primeiro lugar;
9.2. Não havendo empate ou desempatadas as propostas/lances nos termos do item 9.1, o Sistema procederá à verificação automática da existência de empate ficto, considerando o porte das entidades empresariais participantes;
9.2.1. Se a licitante classificada em primeiro lugar for empresa de maior porte e houver lance de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI)ou equiparada que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, considera-se a ocorrência de empate ficto, devendo ser adotadas as seguintes providências:
a) A Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte, o Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema eletrônico, apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que será classificada provisoriamente em primeiro lugar.
b) A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da LeiComplementar n.º 123/2006.
c) Caso a Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes enquadradas como microempresa, empresa de pequeno porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparadas e que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
d) Havendo mais de uma microempresa, empresa de pequeno porte, Microempreendedor Individual(MEI) ou equiparada com proposta de mesmo valor, o sistema realizará sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de apresentar melhor oferta.
9.2.2. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 9.2.1, a licitação prossegue com as demais licitantes.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Pregoeiro deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação;
10.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes;
10.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes;
10.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo fixado para a contratação, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível;
10.3.1. Na hipótese acima, se a licitante, mesmo após a negociação, não oferecer proposta compatível com o orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem a aplicação de penalidade;
10.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta;

10.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado;
10.5. No caso previsto no item 10.3, o Pregoeiro buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.
10.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente apóso encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Pregoeiro.

11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E DA GARANTIA DA PROPOSTA

11.1. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
11.1.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas;
11.1.2. A proposta apresentada compreendea integralidade dos custosdiretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, transporte, frete e demais despesas correlatas.
11.1.3. A licitantedeverá especificar os PREÇOS UNITÁRIOS do(s) item (ns)quecompõe(m)o(s)lote(s)nos quais pretende concorrer, os quais serão totalizados automaticamente pelo sistema, resultando no preço final.
11.2. A licitante enquadrada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI), ou, ainda, sociedade cooperativa com tratamento equiparado, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema eletrônico, informando que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista.
11.2.1. Ao declarar o enquadramento previsto no item 11.2, a licitante também declara que atende aos limites de compromissos contratuais fixados no art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei 14.133/2021, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006 e neste edital, cujo tratamento favorecido aplica-se uniformemente às microempresas, às empresas de pequeno porte e às sociedades cooperativas previstas no art. 34 da lei 11.488/2007.
11.2.2. Ao declarar o enquadramento como sociedade cooperativa, a licitante também declara que atende aos requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021
11.3. Quandohouver, nositens/lotescom participaçãoexclusiva àslicitantesenquadradasouequiparadas a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais (MEI) a declaração prevista é requisito para o exercício do benefício ao referido item/lote e sua ausência impede o prosseguimento da participação da licitante naquele item/lote;
11.4. A falsidade das declarações sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei 14.133, de 2021, e neste Edital;
11.5. As propostas terão validade de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, independente de declaração da licitante;
11.5.1. Decorridooprazodevalidadedaspropostas, sem convocaçãopara contratação, ficam aslicitantes liberadas dos compromissos assumidos;

11.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência;
11.7. O proponente primeiro classificado e os subsequentes nos casos de desclassificação do(s) primeiro(s), quando houver necessidade, deverão apresentar folder ou ficha técnica (a critériodaUnidadedeLicitação)doitem ofertadodeacordocom asespecificaçõestécnicasexigidasneste Edital, sem ônus para a DEFENSORIA, para efeito de Controle de Qualidade e verificação do atendimento àsespecificações, noprazomáximode 02 (dois) horasúteis, contadosa partir da solicitação;
11.8. Quando se optar pela apresentação da amostra, a mesma deverá ser apresentada na sala da Unidade de Licitação da Defensoria, sendo que neste caso o prazo para apresentação será de até 03 (três) dias úteis.
11.9. No caso de não haver entrega da amostra, folder ou ficha técnica, ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou houver rejeição quanto às especificações previstas neste Edital, a proposta do concorrente será desclassificada;
11.10. Em caso de desclassificação do material do autor da melhor proposta de fornecimento, o autor da proposta subsequente será convocado a apresentar uma amostra do material, se houver necessidade. Caso o segundo seja desclassificado, poderá convocar o terceiro fornecedor melhor classificado para apresentação do material e assim sucessivamente.

11.16. DA GARANTIA DA PROPOSTA

11.16.1. Para esta licitação não será exigida garantia de proposta.

12. DOS ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO RECURSO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, via Sistema, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública;
12.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis;
12.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Pregoeiro.
12.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso será definido nova data para realização do certame.
12.5. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal previsto ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;
12.6. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntarmemoriais no prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais;
12.6.1. A intençãoderecorrer deverá serregistrada nosistema em até10 (dez)minutos após a declaração do vencedor;
12.6.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora;

12.7. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vistas imediata dos autos.
12.7. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.
12.8. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;
12.9. Osrecursoscontradecisõesdopregoeironãoterãoefeitosuspensivo;
12.10. O recursoterá efeitosuspensivoaté a decisãofinal da autoridadecompetentee oseu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
12.11. OsrecursosdeverãoserendereçadosaoPregoeiro(endereçonopreâmbulodesteedital).
12.12. As razões do recurso serão dirigidas ao Pregoeiro, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
12.7. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.
12.8. Verificada a regularidade dos procedimentos, o Pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

13. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

13.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a proposta de preço adequada ao último lance, bem como os documentos exigidos para a habilitação digitalizados, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação;
13.2. Os documentos deverão ser enviados para o e-mail: cpl.defensoria@defensoria.pe.gov.br no prazo de 02 (dois) horas úteis, contado a partir da convocação do Pregoeiro;
13.3. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados;
13.4. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados;
13.5. Osarquivosencaminhadosdeverãoestarlegíveis;
13.6. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Pregoeiro dos documentos encaminhados por email, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro no sistema;
13.7. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 13.2, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
13.8. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

14. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

14.1. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital;
14.1.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária;
14.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outrosquenãoimpedem a caracterizaçãodoobjetoe a prestaçãodosserviçosnostermosdesta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.
14.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valorglobal;
14.2.2. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados;
14.2.3. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
14.2.4. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade;
14.2.5. Nocasodeerrodesomatório,aadiçãoseráretificada,mantendo-seinalteradasasparcelas.
14.2.6. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para os serviços, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total;
14.3. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
14.4. Serãodesclassificadasaspropostasque:
a) nãoobedeçamàsespecificaçõestécnicasprevistasnesteEdital;
b) permaneçam com valores unitários ou globais superiores aos fixados para a contratação, após a negociação;
c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital, mesmo após a oportunidade de saneamento;
e) contenham falhas, apontadas pelo Pregoeiro, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento;
f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
14.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta;
14.5.1. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta;
14.6. Será exigida garantia adicional da licitante vencedora cuja proposta seja inferior a 85% do valor estimado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei;

14.7. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapa sou serviços;
14.8. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeirolugar não for aceita, o Pregoeiro retomará a sessãopública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem declassificação,a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições previstas em edital, erealizarem a negociação, atéaapuraçãodeuma queatendaàs condições editalícias.
14.9. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação de novas propostas;
14.10. Classificada a proposta, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14.11. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

14.11.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.
14.11.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordemde classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação na forma da Lei n.º 14.133/2021, em conformidade com o art. 105 e seguintes, da Lei Federal Nº 14.133/21 e suasalterações posteriores.
15.2 A licitante vencedora do certame terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado a partir da convocação, para assinar o contrato.
15.3 **A ausência de cadastro atualizado no sistema CADFOR poderá sujeitar o Detentor do contrato à sanção administrativa.**
15.4 Por ocasião da contratação, a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco deverá consultar a regularidade da adjudicatária nos sistemas e-fisco, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas e verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social etrabalhistaapresentados na licitação, pormeio deconsulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.
15.5 Senão for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 14.3, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.
15.6 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, aceitarou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação das penalidades.
15.7 A CONTRATADA deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.
15.8 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:
16.1ConformeTermo de Referência

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

17.1ConformeTermo de Referência

18. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

18.1. Os empenhamentos de despesas e pagamentos no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco só são realizados para credores (CADFOR) cadastrados junto à SAD (Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco), no sistema "E-fisco".
18.2. O Cadastro no sistema "E-fisco" não é condição para a habilitação ou apresentação de proposta de preços, mas condição para emissão de empenho e pagamento da despesa.
18.3. A não realização do cadastramento, a que se refere os subitens anteriores, ou sua atualização, no prazo de até 8 (oito) dias úteis contados da homologação do certame, será considerado como desistência da proposta, sujeitando o licitante vencedor às sanções decorrentes deste comportamento.
18.4. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos seguintes documentos:
I - nota fiscal eletrônica da CONTRATADA, devidamente atestada por servidor designado pela Unidade responsável do CONTRATANTE;
II - certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, Seguridade Social e FGTS;
III - certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).
§1º A Unidade responsável do CONTRATANTE terá 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da documentação comprobatória da despesa (nota fiscal, fatura, recibo, entre outros), para atesto e encaminhamento ao Departamento de Contabilidade e Finanças do CONTRATANTE, visando ao registro contábil da liquidação.
§2ºOprazomencionadono§1ºserásuspenso, atéque:
a) seja efetuada a entrega, por parte da CONTRATADA, de toda documentação exigida pelas normas em vigor;
b) sejam sanadas as pendências relativas à entrega do bem/serviço da CONTRATADA.
§ 3º O Departamento de Contabilidade e Finanças do CONTRATANTE terá 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da documentação mencionada no §1º, encaminhada mediante formulário de "Solicitação de Liquidação da Despesa", para realizar a liquidação e pagamento, desde que não existam pendências com relação à documentação apresentada. Ultrapassado este prazo, o pagamento da respectiva despesa passará a ter prioridade sobre todas as demais.
§ 4º O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.
§ 5º As normas relativas ao processamento da despesa pública exigem que a liquidação e o pagamento sejam efetivados exclusivamente em favor da CONTRATADA, devidamente identificada pelo número de inscrição no CNPJ ou CPF.

§ 6º Estando autorizada pelos órgãos de Fazenda estaduais ou municipais, a emitir notas fiscaiseletrônicas em suas respectivas áreas de atuação, a CONTRATADA deverá enviar, em formato PDF, os documentos hábeis de comprovação das despesas (notas fiscais, recibos, certidões de regularidade, conforme o caso), para a CONTRATANTE
§7ºOspagamentosserãofeitospormeiodeordensbancáriasemitidaspeloE-Fisco.
§ 8º O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar valores correspondentes a eventuais multasou indenizações devidas pela CONTRATADA.
§ 9º O CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execuçãodoobjeto, para efeitodeliquidaçãoepagamento, quandohouver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
18.5. As Notas Fiscais/Faturas a serem emitidas pelos fornecedores, além de descriminarem os produtos/serviços, devem, conter obrigatoriamente a assinatura e o carimbo do representante daUnidade pertinente, como comprovante de recebimento do objeto do faturamento.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa,nos termos do art. 155da Leinº 14.133, de 2021, alicitante ou a adjudicatária que:
19.1.1. Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar o instrumento contratual;
19.1.2. Deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual, quando houver;
19.1.3. Salvoem decorrênciadefatosupervenientedevidamentejustificado, não mantiveraproposta, em especial quando:
19.1.3.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
19.1.3.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
19.1.3.3. Desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;
19.1.3.4. Desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer,mesmo após negociação,proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;
19.1.3.5. Apresenta proposta em desacordo com as especificações do edital.
19.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
19.1.5. Fraudara licitação;
19.1.6. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
19.1.7. Comportar-sedemodoinidôneooucometerfraudedequalquernatureza,emespecialquando:
19.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
19.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
19.1.8. Cometer fraude de qualquer natureza;
19.1.9. Praticaratolesivoprevistonoart.5ºdaLeinº12.846,de1ºdeagostode2013;
19.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorramem infrações sujeitam-se às seguintessanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
19.2.1. Multa;

19.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;
19.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a AdministraçãoPública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de06 (seis) anos.
19.3. Assançõesprevistasnositens19.2.2e19.2.3poderãoseraplicadascumulativamentecoma multa.
19.4. Apenalidadedemultaseráaplicadadeacordocomasseguintesregras:
19.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote doqual participou, a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 19.1.1 deste edital;
19.4.2. Multa de0,5%(zerovírgula cincopor cento)até1%(um por cento)sobreovalor totaldoitem/lote do qual participou, a ser aplicada a quem cometer a infração prevista nos itens 19.1.2 e 19.1.3., deste edital;
19.5. Além damulta, aplicada conformeositensprecedentes, será aplicávela penalidadedeImpedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:
19.5.1. Nocometimentodainfraçãoprevistanoitem19.1.1:de6a12meses;
19.5.2. Nocometimentodasinfraçõesprevistasnositens 19.1.2e19.1.3:até6meses;
19.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaraçãode inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativo,nocometimentodasinfraçõesprevistasnositens19.1.4,19.1.5,19.1.6,19.1.7,19.1.8e
19.1.9:de03a6 anos;
19.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dosprazos previstos nos itens 19.5 e 19.6., deverão ser observadas:
19.7.1. Anaturezaeagravidadedainfraçãocometida;
19.7.2. Aspeculiaridadesdocasoconcreto;
19.7.3. Circunstânciasgeraisagravantesouatenuantesdainfração;
19.7.4. OsdanosparaaAdministraçãoPúblicaresultantesdainfração;
19.7.5. Avantagemauferidaemvirtudedainfração;
19.7.6. A implantaçãoouoaperfeiçoamentodeprograma deintegridade, conformenormas eorientações dos órgãos de controle;
19.8. Em caso de reincidência na prática de infração sancionada com a mesma penalidade objeto de condenação definitiva anterior, ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da datade publicação da decisãodefinitiva da condenaçãoanterior, asfaixas de multa eos prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.
19.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e noCadastroNacional de Empresas Punidas, no prazomáximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.
19.10. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes paraapuração da conduta típica em questão.

20. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

UNIDADE DE LICITAÇÃO

20.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, durante o período contratual;
20.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante o período acima estipulado, as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião deste certame.

21. DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1. Os casos de rescisão contratual pelos motivos previstos nesta cláusula serão formalmente motivados em procedimento administrativo próprio, assegurado à CONTRATADA o contraditório e aampla defesa.
21.2. Arescisão contratual, precedida da devida autorização do Ordenador de Despesas, na forma escrita e fundamentada, poderá ser:

I – determinadaporatounilateraleescritodaAdministração,excetonocasodedescumprimento decorrente de sua própria conduta;
II – consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
III – determinadapordecisão arbitral,emdecorrênciade cláusula compromissóriaou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21.3. Em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, esta pagará aCONTRATANTE multa de 10% (dez por cento) sobre o preço contratual, além das perdas e dos prejuízos porventura suportados pela Administração Estadual.

22. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

22.1 O Adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para a assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

23. DA RELAÇÃO DOS ANEXOS

Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO	DESCRIÇÃO
I	TERMO DE REFERÊNCIA
II	EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO.
III	DECLARAÇÃO COMPLEMENTARES
IV	ATESTADO DE CONFORMIDADE DAS AMOSTRAS
V	MINUTA DO CONTRATO

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. A presente licitação não importa necessariamente em aquisição ou contratação, podendo a Defensoria revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ouanulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado

no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A contratante poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

24.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

24.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

24.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

24.5. O desatendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

24.6. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, observada a legislação pertinente em vigor;

24.7. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

24.8. As cópias dos documentos integrantes deste Pregão e os esclarecimentos em caso de dúvidas na interpretaçãodesteEditalpoderãoser obtidosna sededa Defensoria Pública, juntoaoSetor deLicitações, localizada à Avenida Manoel Borba, 640, 7º andar, Boa Vista, Recife/PE. CEP nº 50.070-095, de segunda a sexta-feira, no horário das 10:00 às 15:00 horas. Informações adicionais, também poderão ser solicitadas através do telefone (81) 3182.3730 ou através do e-mail: cpl.defensoria@defensoria.pe.gov.br;

24.9. O Edital do Certame deverá ser retirado através do site oficial da Instituição, Portal de Compras Eletrônicas RedeEmpresas ou através do endereço eletrônico da CPL - cpl.defensoria@defensoria.pe.gov.br;

24.10. Consideram-se parte integrante e indivisível deste Instrumento, quaisquer condições que estiverem inclusas em seus anexos;

24.11. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

24.12. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Sistema RedeEmpresas ou no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

24.13. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

24.14. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

24.15. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

24.16. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

UNIDADE DE LICITAÇÃO

24.17. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no RedeEmpresas e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.
24.18. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demaisnormas que regem a matéria.
24.19. A data deabertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, “a” e “b”, da Lei n.º 14.133, de 2021.
24.20. Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar o Fornecedor, após a Homologação, para negociar a reduçãodospreçosvisandomanter omesmoobjetocotadona qualidadee especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.
24.21. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será oda Comarca do Recife, capital de Pernambuco.

Recife/PE, 24 de setembro de 2025
Elen Danielle Nascimento
Pregoeira

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 22/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de letreiros, placas de inauguração e serviços de manutenção, a fim de atender às demandas da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas neste Termo de Referência.

1.1 As especificações e os quantitativos do objeto desta contratação estão descritos conforme quadro abaixo:

Itens	Objeto	Descrição técnica (detalhada)	Unid	Qtd	Valor de referência por unidade	Valor de referência global
1	LETREIRO EM AÇO INOX TAMANHO P	LETREIRO: COM SÍMBOLO E 37 LETRAS (P) Letreiro com símbolo e 37 letras em aço inox 304 escovado. Molder vazado logomarca em circulo e relevo de 3cm de acordo com o layout. Medindo,0,70cm de diâmetro,em relevo de 3,00cm, com dimensões de 2,00m, por 0,70, fixação através de pinos em forma de (L) e cola especial ou chumbador químico (recortado eletronicamente) símbolo em baixo relevo, nas cores originais conforme layout. Acompanho de ploter para instalação.	unid	1	R$ 5.572,89	R$ 5.572,89
2	LETREIRO EM AÇO INOX TAMANHO M	LETREIRO COM SIMBOLO E 37 LETRAS (M) Letreiro com símbolo e 37 letras em aço inox 304 escovado. Molder vazado logomarca em circulo e relevo de 3cm de acordo com o layout.Medindo,4,5cm de diâmetro,em relevode 3,00cm, com dimensões de 3,00m, por 1.00m, Fixação através de pinos em forma de (L) e cola especial ou chumbador químico (recortado eletronicamente) símbolos em baixo relevo nas cores originais conforme layout. Acompanhado de ploter para instalação**.** **Quantidade mínima (01) jogo.**	unid	2	R$ 7.707,65	R$15.415,30

3	PLACA DE INAUGURAÇÃ AÇO INOX	PLACA DE INAUGURAÇÃO Placa de inauguração em aço inox escovado 304/20mm. Medindo 40 de largura x 60 de comprimento. Gravação em baixo relevo com pintura nas cores do layout, com 04 parafusos cabeça chata e bucha. Acompanhado de tampa botão para acabamento. **Quantidade mínima 01 (uma)**	unid	04	R$935,01	R$3.740,04
4	MANUTENÇÃO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO Serviço de manutenção de material e equipamento em geral, restauração compreendendo: retirada de letreiro para troca de pinos, limpeza, tirar amassados polimento, retirada de ferrugem, retirada de ferrugem, pintura, lubrificação realocação de letras em aço inoxidável. Retirada e instalação no mesmo local ou em outro da mesma cidade, se for o caso. **Quantidade mínima (01) letreiro**	Unid	02	R$4.190,00	R$8.380,00

DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.2 DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de letreiro institucional, placa de inauguração e a execução de serviços de instalação e manutenção dos referidos itens em unidade(s) da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

A medida é necessária para garantir a adequada identificação visual das unidades da DPE-PE, de forma a assegurar à população o fácil reconhecimento dos locais de atendimento, promovendo maior acessibilidade, visibilidade institucional e fortalecimento da imagem da Defensoria Pública como órgão essencial à função jurisdicional do Estado, conforme previsto no art. 134 da Constituição Federal.

Além disso, a instalação de placa de inauguração atende a protocolos institucionais e critérios de transparência pública, registrando de forma simbólica e permanente a entrega de novos equipamentos públicos à sociedade. Já o serviço de manutenção visa preservar a durabilidade, a boa aparência e a funcionalidade dos letreiros e placas, prevenindo desgastes causados por intempéries, vandalismo ou deterioração natural ao longo do tempo.

Portanto, a contratação se mostra indispensável para garantir a padronização visual, a comunicação institucional adequada e a valorização dos espaços físicos destinados ao atendimento da população, refletindo o compromisso da DPE-PE com a excelência nos serviços prestados.

As referidas instalações e manutenções serão para os núcleos de Escada, Caruaru, São José do Egito e

Sertânia.

A Defensoria Pública não dispõe dos itens citados no quadro acima nem de pessoas no seu quadro de funcionários para fazer instalações e manutenções, sendo necessária a contratação de uma empresa com expertise na área para fornecimento dos produtos e serviços.

3. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

3.1 O quantitativo previsto no presente Termo de Referência foi definido e fundamentado com base na necessidade de inauguração e manutenção dos referidos locais já previstas para o ano de 2025.2

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA)

4.1 O objeto desta contratação está previsto no planejamento estratégico e plano de contratação anual sob o nº 92/2025.

5. DAS PROVAS

5.1. Deverá ser apresentada para verificação de compatibilidade com as especificações e conseqüente aceitação da mesma;
5.2 As amostras colocadas a disposição serão manuseadas e passarão pelos testes necessários se for o caso;
5.3 Se faz necessário que esteja em conformidade com: qualidade, durabilidade e acabamento;
5.4 A contratada deverá apresentar as provas a contratante no prazo de até 05(dias) dias corridos, se for o caso;
5.5 A contratante deverá devolver as provas a contratada no prazo de até (05) cinco dias corridos com o comando de confecciona-se ou ajusta-se, se for o caso;
5.6 O prazo máximo para a entrega da prova definitiva por parte da contratada será de (05) cinco dias corridos;
5.7 Todo custo de transporte e custo em relação a ajuste do material ficará por conta da contratada;
5.8 O produto deve vir embalados de forma que evite atritos entre si;

6. DA GARANTIA DOS OBJETOS

6.1 Não serão aceito produtos diferentes das especificações do processo, bem como produtos com avarias aparentes ou similares. Digo de cor, espessura, modelo, tamanho, material e impressão;
6.2 Em caso de sugestão, alteração e ajustes de qualquer ordem nos produtos, a contratada deverá entrar em contato com a contratante antes da confecção dos mesmos;
6.3 O prazo de garantia do objeto deverá ser de no mínimo de 01 (um) ano, A CONTRATADA, terá que assegurar o mesmo prazo estipulado pelo fabricante, caso este seja superior ao prazo mínimo retrocitado;
6.4 A garantia destina-se a substituição de peças, remover os defeitos de fabricação, ajustes, reparos e toda correções necessárias citadas neste item, não haverá ônus para a CONTRATANTE;
6.5 A entrega do produto deve vir com toda observação que consta no quadro da descrição técnica, assim como no complemento que está nas especificações complementares,
6.6 O recebimento se dará, definitivamente, após a verificação da quantidade do material e consequentemente aceitação.

7. DA ENTREGA, PRAZO E HORÁIO

7.1 Todas as despesas referentes a transporte, frete, carga, descarga, seguro e outras despesas que surgirem em virtude da execução do serviço ficam por conta da Contratada;

Placas - entrega : deverá ser entregue , Av: Manoel Borba, nº 640, Boa Vista, Recife/PE – CEP: 50.070-045, 7ª andar, no horário de 09 às 16h, de segunda a sexta, setor Unidade de Apoio à Gestão, Sra Maitene. Prazo de entrega 15 (quinze) dias corridos após a solicitação.

Letreiros e manutenção: serão de acordo com o local aonde a contratada informar, ou seja Escada, Caruaru, São José do Egito e Sertânia, no prazo de 15 (quinze) dias corridos para confecção e instalação e 10 dias corridos em caso de manutenção.

8. PROPOSTA

8.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contados da data da sua apresentação.

9. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

9.1 O licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato, contados a partir da convocação pela CONTRATANTE.

9.2 Qualquer solicitação de prorrogação do prazo previsto para assinatura do contrato, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Receber os equipamentos solicitados, emitindo Atestado de Recebimento na Nota/Fatura, quando for o caso;
10.2 Verificar a qualidade da prestação de serviço/dos materiais em conformidade com as especificações técnicas exigidas;
10.3 Verificar prazos de validade, quando for o caso;
10.4 Verificar condições de acondicionamento;
10.5 Contatar a CONTRATADA quando houver verificação de irregularidades posteriores à entrega, para promover a regularização;
10.6 Suspender a tramitação da liquidação da Nota Fiscal/Fatura quando não houver atendimento às solicitações de correções de irregularidades no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.;
10.7 Encarregar-se dos estágios das despesas oriundas do presente procedimento licitatório, quais sejam, empenhamento, liquidação e pagamento;
10.8 Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, aos locais de prestação dos serviços, quando necessário;
10.9 Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para a prestação dos serviços, quando for o caso;
10.10 Comunicar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço ou entrega do material;
10.11 Acompanhar a fiscalização e execução do CONTRATO, por fiscal do contrato especialmente designado para este fim, nos termos do art aa7, da Lei Federal nº 14.133/2021;
10.12 Indicar, formalmente, o gestor para acompanhamento da execução contratual, utilizando-se dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, conforme previsto neste Termo de Referência, e o fiscal para auxiliá-lo na avaliação periódica da prestação dos serviços;
10.13 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme estabelecido.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação;
11.2 Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato;
11.3 Executar os serviços, nas quantidades e especificações contidas nas condições de execução previstas neste Termo de Referência;
11.4 Corrigir falhas que se apresentem em sua execução;
11.5 Designar preposto para representá-la perante a CONTRATANTE sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;
11.6 Informar previamente à CONTRATANTE, solicitando-lhe anuência, toda e qualquer alteração nas condições de execução;
11.7 Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE;
11.8 Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
11.9 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto, inclusive com pessoal, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
11.10 Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem à Contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, procedendo aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus e responsabilidades decorrentes;
11.11 Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
11.12 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, ressalvadas as hipóteses de subcontratação, nos termos previstos no Termo de Referência;
11.13 Assumir todos os custos dos serviços que tiverem de ser refeitos em virtude de omissões ou atrasos de sua responsabilidade;
11.14 Entregam de materiais fornecidos devem ser acondicionados, obrigatoriamente, de forma adequada e resistente, quando for o caso;
11.15 Após o fornecimento, se verificadas irregularidades posteriores, o licitante vencedor deverá promover a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da notificação, sob pena de suspensão na tramitação da liquidação da nota fiscal/fatura, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
11.16 O recebimento do objeto licitado será procedido, com observância a disposições acima descritas e com base na Lei nº 15.133/2021.
11.17 Estar com o cadastro atualizado no Cadastro de Fornecedor - CADFOR do Estado de PE, sob pena de desclassificação.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
12.2 A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA se dará por meio de e-mail, sem prejuízo de outros meios disponíveis.
12.3 A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Av Manoel Borba 640, Boa Vista – Recife/PE e através do e-mail: maitene.carmo@defensoria.pe.gov.br.

13. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

13.1 O empenhamento somente será efetuado, e consequentemente paga a despesa, na forma prevista neste termo de referência, se a CONTRATADA estiver inscrita no CADASTRO DE FORNECEDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – CADFOR.
13.2 O pagamento pela prestação do (s) serviço (s) deverá ser efetuado à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias corridos do mês subsequente à prestação dos serviços, com base no quantitativo efetivamente executado, e/ ou à vista de termo de recebimento definitivo dos bens ou de recibo, mediante apresentação da Nota Fiscal / Fatura devidamente atestada pelo servidor competente.

14. DAS DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO FORNECIMENTO OU À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

14.1 Os serviços serão executados na sede desta instituição e nas cidades de: Escada, Caruaru, São José do Egito e Sertânia , entregues e instalados (conforme mencionado acima).
14.2 Não serão aceitos materiais riscados, ou defeitos que venham a prejudicar a qualidade do material solicitado, em caso de substituição todas as despesas ficará por conta da contratada.

Recife, 29 de agosto de 2025

Maitene do Carmo Araújo do Nascimento
UNIDADE DE APOIO À COORDENADORIA DE GESTÃO
Telefone: (81) 9.8615-3087
E-mail: maitene.carmo@defensoria.pe.gov.br

DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 22/2025

ANEXO II
EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1. A habilitação far-se-á com a verificação dos documentos adiante relacionados, dentro dos seus respectivos prazos de validade sob pena de inabilitação:

1.2. HABILITAÇÃO JURIDICA:
1.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
1.2.2. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - *CCMEI*, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor.
1.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade ainda identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contratosocial noRegistroPúblicodeEmpresasMercantis,a cargoda Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
1.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local desua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
1.2.5. Filial, sucursalouagência desociedadesimplesouempresária:inscriçãodoatoconstitutivoda filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público deEmpresas Mercantis ondeopera, com averbação no Registro ondetem sede a matriz.
1.2.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.3. REGULARIDADE FISCAL:

A regularidade fiscal dependerá da apresentação dos documentos abaixo relacionados, bem como de certidões positivas com efeito de negativas:

1.3.1 Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e Certidão Negativa de Débito- CND, através da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais eà Dívida Ativa da União;
1.3.2 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal;
1.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.
d) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual de Pernambuco ainda que este não seja o domicílio ou sede do licitante;

1.3.4 Prova de regularidade referente aosDébitos Trabalhistas (Certidão Negativade Débitos Trabalhistas – CNDT);
1.3.5 ProvaderegularidadeparacomaFazendaMunicipaldodomicílioousededa licitante.

1.4. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.4.1 Comprovação deaptidão para desempenho deatividadepertinentee compatível do objeto, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, demonstrando os serviços executados pelo licitante, não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do edital, nos atestados deverão constar os dados cadastrais completos da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado;
1.4.2 A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado;

1.4.3 O atestado de capacidadetécnica deverá ser apresentado em papeltimbrado do emitente e conter, o nome do órgão contratante, o nome do responsável, endereço completo e telefone.

Recife/PE, 17 de setembro de 2025
Unidade Administrativa

DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 22/2025

ANEXO III

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____,sediada _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____SSP/_____e CPF nº_____, sob as penais da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpriu o disposto no inciso XXXIII do art.7º daConstituiçãoFederal;

DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021;

DECLARA que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/oucontratar com o contratante.

Recife, XX de XXXX de 2025

_____

REPRESENTANTEDA EMPRESA
CNPJnº

DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 22/2025

ANEXO IV

ATESTADO DE CONFORMIDADE DAS AMOSTRAS COM O ESTABELECIDO NO EDITAL

Através do presente, atesto que a empresa....., sediada à Rua ..... ,nesta cidade, inscrita no CNPJ/Mfsob o nº.xx, entregou as amostras dos materiais especificados no Edital, nesta data, em conformidade ao Pregão Eletrônico nº. ,para comprovação e verificação dos itens descriminados.

Recife, XX de XXXX de 2025

_____

REPRESENTANTEDA EMPRESA
CNPJnº

DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 22/2025

ANEXOV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/2025, QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E O (A) NOME DA EMPRESA, EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA:

Por este instrumento, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, pessoa jurídica de direito público, entidade da Administração Pública Estadual, sediada na Rua Marques do Amorim, Nº 127, Boa Vista, Recife, Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o Nº 02.899.512/0001-67, neste ato, representada pelo Defensor Público-Geral, o senhor**Dr. HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS**, Defensor Público, inscrito no CPF/MF sob Nº ***.053.664-**, domiciliado nesta capital, e pelo 1º Subdefensor Público-Geral Institucional e Administrativo, **xxxxxxxxxxxxx**, Defensor Público, inscrito no CPF/MF sob Nº xxxxxxxxxxx, designados, respectivamente, pelas portarias Nº xxxx do Governo do Estado de Pernambuco e da Nºxxxxxx da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, domiciliado nesta capital, daqui por diante designada simplesmente CONTRATANTE, e, do outro lado, o(a) **NOME DA EMPRESA**, CNPJ/MF Nº 00.000.000/0000-00, constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de XXXXXXXXXXXXX sob o NIRE Nº XXXXXXXXXXXX, com sede à Rua, Nº Bairro,Cidade, Estado, CEP.: 00.000-000, representada pelo senhor **XXXXXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF/MF sob o Nº ***.000.000-**, com domicílio no mesmo endereço da empresa supramencionada, doravante designada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato,proveniente do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2025**, autuado por **MODALIDADE Nº XXX/2025**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente contrato trazer o objeto descrito no edital;

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Todas as especificações encontram-se neste instrumento contratual, bem como no Processo Licitatório e proposta.

2.2. Trazer todas as especificações que entender pertinentes à transparência do objeto contratado.

Inserir planilhacom quantitativo, valor e etc.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA.

3.1. Justifica-se a presente contratação o Despacho NºXXX/2025 (00000000) daCoordenadoria de Planejamento e Gestão, para suprir as demandas da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

4. CLÁUSULA QUARTA– DO FUNDAMENTO LEGAL.

4.1. O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório de nºXX/2025**,** Pregão Eletrônico nº XX/2025, realizada com base na Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

5. CLÁUSULA QUINTA– DO REGIME DE EXECUÇÃO OU MODO DE FORNECIMENTO.

5.1. O Regime de Execução será indireta: Empreitada por xxxxxxxxx.

6. CLÁUSULA SEXTA– DO PRAZO PARA PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Aprestação/execuçãodoserviçoseiniciará imediatamente após a emissão da nota de empenho ou ordem de serviço.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA.

7.1. O presente contrato terá vigência pelo período de12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do presente instrumento, mais especificamente de xx de xx de 202xaté xx de xx de 202x, em observância aos créditos orçamentários, podendo ter sua duração prorrogada, caso haja interesse da administração, em conformidade com o art. 105 e seguintes, da Lei Federal Nº 14.133/21 e suasalterações posteriores.

8. CLÁUSULA OITAVA–DO VALOR CONTRATUAL.

8.1. O valor do presente contrato é de R$ xxxxx(valorporextenso)anual, perfazendo o valor de R$xxxxx (valor por extenso) mensal.

9. CLÁUSULA NONA –DOS RECURSOS E EMPENHO DAS DESPESAS.

9.1. O crédito pelo qual correrá as despesas da execução deste contrato está previsto no orçamento vigente e no exercício de 2025, conforme segue:

DotaçãoOrçamentária: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Nºe DatadoEmpenho:202XNE000XXXX,de dia de mês de 2025.

10. CLÁUSULA DÉCIMA-DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS.

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão, por parte da Contratada, da documentação fiscal e contábil e a devida aprovação do setor responsável pelo recebimento dos produtos/serviços;

10.2. As Notas Fiscais/Faturas a serem emitidas pelos fornecedores, além de discriminarem os produtos/ serviços, devem, também, conter obrigatoriamentea assinatura eocarimbodorepresentanteda Unidade pertinente, como comprovante de recebimento do objeto do faturamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

11.1Conforme descrito em Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

12.1Conforme descritoemTermo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMATERCEIRA–DA FISCALIZAÇÃO.

13.1. A fiscalização do contrato será exercida por representante da Contratante, ao qual competirádirimir as dúvidas que surgirem no curso da vigência do contrato e tudo dará ciência à Contratada, conforme especificado neste Edital.

13.2. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade do licitante vencedor pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa oudolo na execução do contrato.

13.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DATA-BASE, PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS,CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DO PAGAMENTO E A DOEFETIVO PAGAMENTO.

14.1. O valor da presente aquisição e ou contratação poderá sofrer reajuste ou repactuação durante sua execução,de acordo com a legislação vigente.

15. CLÁUSULADÉCIMAQUINTA–DOS ADITIVOS.

15.1. Qualquer aditivo ao contrato proveniente da presente contratação deverá observar a legislação concernente à matéria, devendo haver a devida justificação para tanto.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA–DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

16.1. Opresentecontrato,emhipótesealguma,poderáserobjetodesubcontratação,cessãooutransferência.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA–DAS SANÇÕES.

17.1 –Serão aplicáveis aos responsáveis pelas infrações administrativas as sanções contidas no Art. Nº156 da Lei Federal Nº 14.133/21, bem como outras cabíveis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA–DA EXTINÇÃODO CONTRATO.

18.1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos no Art. Nº 138 da Lei Nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

I -determinadaporatounilateraleescritodaAdministração,excetonocasodedescumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III -determinadapordecisãoarbitral,emdecorrênciadecláusulacompromissóriaoucompromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA –DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO OU AO TERMO QUE A DISPENSOU OU INEXIGIU.

19.1Integram o presente instrumento,com os transcrito,os seguinte:

a) Especificações Gerais do objeto presentes no Processo Licitatório de Nº XXX/2025, relativo ao Pregão Eletrônico Nº XXX/2025.

b) Proposta dePreços apresentada pela CONTRATADA no Processo Licitatório deNº XXX/2025, relativo ao Pregão Eletrônico Nº XXX/2025.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA –DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E ESPECIALMENTEAOS CASOS OMISSOS.

20.1. Opresente contrato reger-se-ápelasnormasestabelecidasno Estatuto FederalLicitatório,e,nos casos omissos, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA-DO FORO.

21.1. Fica eleito o foro da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, para dirimir quaisquer dúvidas porventura surgidas em decorrência deste termo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

21.2. E, por estarem assim, justaseacordadas, aspartesfirmam opresenteTermopara queproduzaseus jurídicos e legais efeitos.

Recife, XX de mês de 2025.

_____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONTRATANTE

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

_____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONTRATANTE

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

_____

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONTRATANTE

EMITENTE/TESTEMUNHA

_____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

REPRESENTANTE LEGAL